



Ministério da Educação

Esplanada dos Ministérios Bloco L, Anexo II - 1º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70047-900  
Telefone: 2022-9600 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.004494/2019-15

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de processamento, armazenamento e visualização de dados georreferenciados na web/app, com acesso à base de imagens de alta resolução e arruamentos com cobertura global, vista de rua, serviços de geolocalização de endereços, geocodificação, roteamento, matriz de distância e de elevação, localização baseada em antena de celular e/ou WiFi, localização de pontos de interesse e demais serviços técnicos especializados, incluindo chave de uso, garantia, manutenção e suporte técnico; com disponibilidade de acesso à Plataforma Google Maps nas modalidades API (*Application Programming Interface*) e SDK (*Software Development Kit*) da Solução de GIS (Sistema de Informações Geográficas) de tecnologia Google e dos serviços da Plataforma Google Maps, na modalidade *Software como Serviço* (SaS) e com estimativa de consumo médio dos serviços de 36.250 requisições/chamadas mensais e 435.000 requisições/chamadas anuais.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTDE TOTAL
01	Prestação de serviços de processamento, armazenamento e visualização de dados georreferenciados incluindo chave de uso, garantia, manutenção e suporte técnico para a Plataforma Google Maps.	26077	Requisições de Serviço (UN)	435.000

A estimativa de uso dos serviços da Plataforma Google Maps, por requisições/chamadas e por tipo de produto, é a seguinte:

Estimativa de requisições de serviços Google Maps API, segundo o tipo de produto.

Serviço / Produto	Funcionalidade	Requisições	
		Mensal	Anual
Dynamic Maps	Exibe mapas interativos. Aplica zoom, gesto de pinça, gira e inclina mapas para exploração detalhada.	21.000	252.000
Directions	Permite visualizar rotas para carro, transporte público, bicicleta, a pé e criar rotas com até 10 pontos de referência.	6.500	78.000
Geocoding	Converte endereços em coordenadas geográficas e vice-versa.	7.350	88.200
Places Autocomplete (por sessão)	Preenche automaticamente as sugestões de locais quanto o usuário insere um endereço ou um nome de local (faturamento de acordo com as sessões).	700	8.400
Places Details	Preenche automaticamente as sugestões de locais.	700	8.400

O volume total de requisições/chamadas está limitado ao quantitativo máximo anual contratado e pode ser utilizado em um único serviço ou distribuído nos serviços disponibilizados pela plataforma, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE.

## **2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A contratação se faz necessária para manter em funcionamento adequado dos sistemas e portais do Ministério da Educação que fazem uso de recursos de processamento, armazenamento e visualização de dados georreferenciados via WEB, e outros que venham a ser desenvolvidos. O CONTRATANTE possui projetos que já utilizam serviços de geocodificação, roteirização e/ou rastreamento, os quais estão baseados nas tecnologias de processamento geográfico em nuvem, através da tecnologia de desenvolvimento Google Maps API.

As aplicações citadas foram desenvolvidas tendo como base a tecnologia e o ferramental inerente às licenças adquiridas em um certame público anterior, as quais são nativas de tecnologias de processamento geográfico em nuvem, sendo que para a continuidade daquilo que já foi desenvolvido, revisado e aprovado pelos usuários, bem como, para evitar retrabalhos que aumentem os custos deste projeto, tal qual o retrocesso para uma fase de pesquisa, estudo e criação de uma nova solução, faz-se necessário a continuidade do desenvolvimento e o aprimoramento do projeto, utilizando-se da mesma plataforma, com a qual foi desenvolvida originalmente.

As funcionalidades que compõe as licenças de API são essenciais para que a CONTRATANTE utilize efetivamente o sistema de informações geográficas, sendo imprescindível para esses sistemas valerm-se de informações georreferenciadas confiáveis e atualizadas

## **3. REQUISITOS FUNCIONAIS**

### **3.1. Aspectos Gerais**

A solução deve atender aos seguintes requisitos funcionais gerais:

- a) Prover acesso à base de imagens de alta resolução (imagens de satélite e/ou fotografias aéreas), com cobertura global;
- b) Prover acesso à base de sistema viário com rodovias, estradas, avenidas e ruas, além de elementos de composição de mapa (áreas verdes, hidrografia, edificações);
- c) Prover acesso à base de dados de endereços da fabricante a partir de requisições via webservice, para requisições de geocodificação, roteirização e geocodificação reversa, no mínimo;
- d) Possuir suporte a linguagem JavaScript;
- e) Possuir suporte à exibição de mapas em ambiente 2D e 3D;
- f) Possuir compatibilidade com os principais formatos GIS definidos pelo Open Geospatial Consortium, tais como os de formato Shape File (shp), Keyhole Markup Language (kml/kmz) e Geotiff, no mínimo;
- g) Permitir que as requisições de mapas e solicitações aos serviços sejam feitas por conexão segura (SSL);
- h) Disponibilizar funcionalidades para realizar a gestão de usuário através de grupos de usuários quanto ao acesso aos dados armazenados e sites desenvolvidos;
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE, ou a quem por ela indicado, a ferramenta para abertura e acompanhamento de chamados de suporte técnicos;
- j) Possuir capacidade de geração de mapas estáticos (figura, no mínimo em formato GIF, JPEG e PNG), extraída do mapa publicado para uso ilustrativo;
- k) Permitir a integração de dados e sistemas instalados nos servidores da CONTRATANTE, ou de quem por ela indicado, por meio dos seguintes padrões: SOA, XML, OGC e webservices tendo integração com tecnologias Java e .NET;
- l) Prover meios ao desenvolvimento pela CONTRATANTE, ou por quem ela indicar, de aplicações geográficas (sites) para publicação de dados na internet e intranet, em quantidade ilimitada;
- m) Permitir o armazenamento temporário de dados retornados pelos webservices e/ou interfaces de programação de aplicativos (*Application Programming Interface*) para uso nas demais aplicações da base instalada de programas da Prefeitura de São Paulo.

## **3.2. Requisitos específicos**

### **3.2.1. Administração**

- a) Permitir o gerenciamento dos serviços utilizados (webservices) nos sites a serem implementados pela CONTRATANTE, ou por quem ela indicar, por meio da solução;
- b) Disponibilizar interface de administração e programação de aplicativos para desenvolvimento de aplicações de interesse da CONTRATANTE, ou de quem por ela indicado;
- c) Possuir painéis de monitoramento e de estatística de uso, por aplicação desenvolvida;
- d) Prover acesso aos mapas, imagens de satélite, vista da rua, serviços de geocodificação, roteirização, matriz de distância e elevação a partir de API (Application Programming Interface) e/ou webservices;
- e) Prover carregamentos de mapas para aplicações geográficas (sites) publicadas na internet e intranet;
- f) Prover acesso à base de fotografias de ruas do Município de São Paulo (visualização da rua e fachadas de imóveis);
- g) Possuir funcionalidade para auxílio no preenchimento de um campo de texto em página da web, quando da entrada de caracteres, devendo retornar previsões de locais ou endereços na forma de uma lista suspensa;
- h) Possuir os seguintes serviços (webservices) abaixo relacionados, com saídas em XML ou JSON, no mínimo, para consulta e armazenamento das informações retornadas: geocodificação de endereços, geocodificação de endereços reversa, geolocalização através da localização baseada em antena de celular e/ou WiFi, locais de pontos de interesse (POIs), roteirização por trajeto de carro, a pé e por meio de transporte público, no mínimo, e matriz de distâncias entre endereços.
- i) Todos os serviços do tipo webservices devem possuir recursos para: realização de filtros por retângulo envolvente que determina uma região geográfica; retornar o status da requisição; retornar o grau de precisão dos valores retornados.

### **3.2.2. Serviços e produtos a serem disponibilizados.**

Os serviços/produtos deverão ser disponibilizados para uso da CONTRATANTE com suas respectivas chaves de licenciamento e/ou produtos disponibilizados para uso, em até 3 (três) dias úteis, contados da assinatura de contrato, com documentação formal por escrito, obrigatoriamente na língua portuguesa. Os licenciamentos, serviços e/ou produtos deverão ser precificados de acordo com a distribuição descrita em planilha constante do Anexo I, e deverão ser válidos por 12 (doze) meses.

Na não observância de nenhuma anomalia ou irregularidade, a CONTRATANTE emitirá Termo de Aceite dos licenciamentos e/ou produtos, por escrito, em até 5 (cinco) dias úteis. Constatadas irregularidades no objeto contratado, a CONTRATANTE poderá rejeitá-lo, se as irregularidades encontradas disserem respeito ao não atendimento dos requisitos constantes desta especificação, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, com a aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsto no Edital;

Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da CONTRATANTE, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado. A aceitação dos produtos pela CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade pelas características técnicas, desempenho e garantia dos mesmos. As chaves de licença deverão ser enviadas para o endereço de e-mail do Gestor do Contrato, a ser indicado pela CONTRATANTE. Adicionalmente, será necessário identificar o órgão solicitante, responsável e os projetos que utilizarão a licença. Do responsável deverá constar nome completo, e-mail e telefone para contato.

Especificamente quanto ao OBJETO, a CONTRATADA deve observar o seguinte:

- a) A disponibilidade dos recursos da Plataforma Google Maps deverá ser de 24 horas por dia, sete dias por semana.
- b) A solicitação de ativação dos serviços se dará por meio de e-mail enviado pela CONTRATANTE ao Gestor Técnico da CONTRATADA. A ativação dos serviços pela CONTRATADA deverá se dar em até 3 (três) dias úteis do envio do e-mail.

c) Independente do ambiente tecnológico em que os recursos da Plataforma Google Maps forem utilizados, não deverá impactar em mudança na forma de licenciamento e/ou valor.

d) Para download dos produtos contratados e suas atualizações via site de internet da Google (“nuvem”), a CONTRATADA deverá fornecer todas as informações necessárias, bem como o apoio ao processo de instalação, configuração e uso dos produtos.

e) A documentação e manuais técnicos do usuário e de referência deverão ser entregues em originais, eletrônicos ou impressos, descrito em língua portuguesa, contendo todas as informações sobre os produtos, instruções para instalação, configuração, operação e administração, bem como o entendimento completo de todos os requisitos e funcionalidades dos serviços contratados

### 3.2.3. **Monitoramento dos serviços**

A CONTRATADA deverá fornecer interface para controle e monitoramento do consumo dos serviços contratados na Plataforma Google Maps, incluindo uma “*chave-master*” (ID) registrada em nome da CONTRATANTE, com permissões de Administrador (*full*) para terceiro, quando indicado pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá prover acesso à plataforma/site de relatórios da Google, permitindo a CONTRATANTE acompanhar o consumo dos serviços, por requisições/chamadas/créditos. Também deverá prover o envio de mensagens de alerta, em função de taxa de consumo, a ser definida posteriormente.

A CONTRATADA deverá prover sempre que requisitado pela CONTRATANTE, planilhas com informações que permitam a CONTRATANTE simular valores (memórias de cálculos) dos serviços consumidos na Plataforma Google Maps, por requisições, chamadas e/ou créditos.

A CONTRATADA deverá prover, sempre que requisitado pela CONTRATANTE, relatórios detalhados e consolidados permitindo a CONTRATANTE acompanhar o consumo dos serviços.

A utilização dos serviços da *Plataforma Google Maps* será **sob demanda** (Software como Serviço) com faturamento em periodicidade mensal e pagamentos efetuados após comprovação do consumo e avaliação dos relatórios entregues.

### 3.2.4. **Manutenção, garantia e suporte técnico**

#### 3.2.4.1. **Manutenção**

A CONTRATADA deverá encaminhar documento que garanta à CONTRATANTE todas as correções, extensões e atualizações dos aplicativos que compõem a interface de administração, publicação, programação e desenvolvimento de aplicações geográficas, pelo prazo de vigência do contrato de adesão.

#### 3.2.4.2. **Garantia técnica**

A CONTRATADA deverá prover pronto envio de quaisquer alterações e/ou correções decorrentes de erros e/ou falhas que, porventura venham a ser detectados na versão licenciada, o que deverá se dar espontaneamente, em 5 (cinco) dias úteis, a partir de solicitação da CONTRATANTE (telefone, fac-símile e/ou email), salvo justificativa enviada formalmente à CONTRATANTE;

Toda e qualquer despesa decorrente da execução dos serviços de garantia, salvo aqueles que, comprovadamente, sejam decorrentes de uso indevido, ficarão inteiramente a cargo da CONTRATADA.

Todas as solicitações feitas pela CONTRATANTE serão registradas em relatório, a ser apresentado pela CONTRATADA mensalmente, para permitir o acompanhamento e controle da execução do contrato. A CONTRATADA apresentará um relatório de visita, contendo data e hora do chamado, início e término do atendimento, identificação do defeito, as providências adotadas e demais informações pertinentes, o qual deverá ser assinado pelo gestor do contrato por parte da CONTRATANTE. Para execução dos serviços de manutenção corretiva, a CONTRATADA somente poderá tornar indisponível qualquer sistema instalado, com prévia autorização da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá garantir que os produtos por ela desenvolvidos estão livres de qualquer rotina não autorizada pela CONTRATANTE, tais como: vírus, drives ou componentes que venham danificar ou degradar dados, programas e máquinas.

O prazo da garantia dos aplicativos desenvolvidos e/ou licenciamentos disponibilizados para uso serão contados a partir da data da assinatura do contrato e válidos pelo tempo em que perdurar a licença.

Em caso de alteração do regime de medição dos serviços, a CONTRATADA deverá garantir o fornecimento igual ou superior ao quantitativo contratado, sem ônus à CONTRATANTE.

### 3.2.4.3. Suporte técnico

A CONTRATADA deverá oferecer suporte técnico composto por orientações e respostas por telefone ou via internet aos problemas e perguntas da CONTRATANTE, que devem ocorrer no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir de cada solicitação, salvo em casos especiais, justificados pela CONTRATADA e aceitos pela CONTRATANTE, pelo prazo de vigência do contrato.

O horário de atendimento para abertura de chamados ao suporte técnico será no horário de expediente da CONTRATANTE, das 8:00h às 18:00h, nos dias úteis, com até 4 (quatro) horas para resposta ao chamado. Nos demais dias e horários, o tempo de resposta deverá ser de até 24 (vinte e quatro) horas. A CONTRATADA deverá disponibilizar um número telefônico e endereço eletrônico para recepção das solicitações de suporte técnico.

A CONTRATADA deverá monitorar e controlar os chamados não solucionados enviados a outros níveis de suporte e posicionar a CONTRATANTE sobre um determinado chamado em andamento, prestar esclarecimentos, orientações e informações não disponibilizadas no primeiro contato para os chamados pendentes.

### 3.2.4.4. Obsolescência comercial pelo Fornecedor

A CONTRATADA deverá disponibilizar uma chave-mestre de utilização ou um conjunto de chaves de licenças que correspondam aos quantitativos licenciados para utilização, caso o produto seja descontinuado ou o formato de mensuração do consumo da licença seja alterado pelo fornecedor. A CONTRATADA deverá informar tempestivamente ao CONTRATANTE, na eventualidade do produto ser descontinuado ou substituído pelo fornecedor e apresentar a licença ou conjunto de licenças que correspondam ao produto a ser substituído, sem ônus adicional para a CONTRATANTE. O CONTRATANTE poderá recusar a licença ou conjunto de licenças substitutas, caso identifique que o produto não corresponda aos requisitos do produto original, constantes.

## 4. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São deveres e responsabilidades da CONTRATADA, restritas ao OBJETO do CONTRATO e não cobrindo suporte ou garantia aos aplicativos desenvolvidos pelo CONTRATANTE que utilizem as funcionalidade disponibilizadas pelas APIs e webservices do serviço:

- a) Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições estabelecidas no contrato e em seus anexos;
- b) Executar fielmente o contrato, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na legislação e suas alterações posteriores;
- c) Comunicar tempestivamente à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade com os produtos entregues ou que foram ofertados, tais como mudanças de tecnologias, descontinuidade de versões, entre outros, que possam impactar os objetivos da CONTRATANTE, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários;
- d) Comunicar tempestivamente à CONTRATANTE, por escrito, quaisquer anormalidades que ponham em risco o êxito e o cumprimento dos prazos de entregas, de produtos e serviços, propondo as ações corretivas necessárias;
- e) Manter, e apresentar se solicitado pela CONTRATANTE, todas as condições de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista que ensejaram sua contratação, devidamente atualizadas, durante toda a vigência do contrato, sob a pena de retenção de pagamentos, até sua regularização, sem ônus para a CONTRATANTE, bem como a aplicação das demais penalidades;
- f) Abster de veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE.
- g) Apresentar o Gestor Técnico, que será o contato junto aos Gestores da CONTRATANTE para execução dos serviços. O Gestor Técnico deverá possuir vínculo contratual com a CONTRATADA, podendo também ser Sócio ou Dirigente da empresa, sendo que nesse caso a comprovação será realizada mediante a apresentação do estatuto ou contrato social;
- h) Todos os aplicativos e serviços que serão disponibilizados, objetos deste Termo de Referência, deverão estar nas versões mais recentes existentes no mercado nacional, em língua portuguesa, ou, na inexistência desta, em língua inglesa;
- i) reparar todos os danos e prejuízos que comprovadamente sejam de sua responsabilidade bem como por erros ou falhas na execução ou administração do Contrato, não restando excluída ou

reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;

j) Cumprir, durante a execução do Contrato, as leis federais, estaduais e municipais vigentes ou que entrarem em vigor, sendo a única responsável pelas infrações cometidas, convencionando-se desde já, que o CONTRATANTE poderá descontar de qualquer crédito da CONTRATADA a importância correspondente a eventuais pagamentos desta natureza que venha efetuar por imposição legal;

k) Corrigir quaisquer falhas verificadas na execução do objeto, sem qualquer ônus adicional, cumprindo todas as determinações do CONTRATANTE;

l) Designar um profissional responsável para atuar como preposto perante o CONTRATANTE para assuntos relativos à execução dos serviços contratados;

m) Participar de reuniões, presenciais nos endereços do CONTRATANTE ou por videoconferência, sempre que convocado;

n) Assumir inteira responsabilidade técnica e administrativa em relação ao objeto contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por problemas na prestação dos serviços;

o) Não efetuar a compilação reversa, montagem reversa ou engenharia reversa de qualquer programa aplicativo do CONTRATANTE ou de terceiros a que venha ter acesso por força do serviço;

p) Devolver, impreterivelmente, ao término do CONTRATO, ou a qualquer tempo a pedido do Ministério da Educação, todos os documentos que o CONTRATANTE tenha lhe fornecido;

q) Notificar o CONTRATANTE, por escrito, quaisquer fatos que possam pôr em risco a execução do presente objeto; e

r) Informar ao CONTRATANTE quando forem atingidos os limites de utilização do serviço contratado (citados no item 4.1) e bloquear o provimento do serviço quando for atingido o limite total de créditos de API's contratados.

## **5. DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

São deveres e responsabilidades do CONTRATANTE:

a) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

b) Comunicar à CONTRATADA quaisquer ocorrências em desacordo com o cumprimento das obrigações pactuadas durante o atendimento, podendo sustar ou recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas;

c) Efetuar o pagamento ajustado, de acordo com as cláusulas contratuais;

d) Rejeitar os produtos e/ou a prestação dos serviços que estejam em desacordo às especificações constantes no Termo de Referência;

e) Nomear gestor/agente fiscalizador do contrato, que será responsável pela fiscalização e controle da execução dos serviços ou fornecimento;

f) Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA;

g) Realizar reunião de inicialização da contratação com a CONTRATADA;

h) A definição do ambiente tecnológico (on premise, nuvem privada, nuvem pública, entre outras) a ser utilizada nas API's e SDK's, será exclusivamente da CONTRATANTE.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Vigência**

A vigência do CONTRATO será de **12 (DOZE) MESES**, sem possibilidade de prorrogação.

### **6.2. Reajuste**

Os preços são fixos e irremovíveis.

### **6.3. Local de execução**

O endereço de referência para execução dos serviços de suporte técnico on-site é a Diretoria de Tecnologia da Informação, localizada na Esplanada dos Ministérios, Bloco L e Anexos I e II, CEP 70.047-900, Brasília/DF.

#### 6.4. Do preposto da contratada

A CONTRATADA deverá indicar PREPOSTO (*account manager*), que será responsável por acompanhar a execução do CONTRATO e atuar como interlocutor administrativo principal junto ao CONTRATANTE incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder às questões legais e administrativas referentes à execução contratual.

#### 6.5. Condições de pagamento.

O faturamento ocorrerá sempre em **periodicidade mensal**, sendo faturados os serviços efetivamente consumidos pelo CONTRATANTE no respectivo período de faturamento, de acordo com os valores de cada tipo de serviço consumido e com as respectivas faixas de valor por volume.

**Importante:** enquanto durar a atual política comercial do Google relacionada à plataforma Google Maps a contratada deverá repassar integralmente ao CONTRATANTE a franquia mensal de utilização de serviços da plataforma, ou seja, a CONTRATADA deverá faturar somente os valores que excederem à franquia mensal concedida pelo proprietário da plataforma. Como exemplo, atualmente a franquia mensal é de US\$ 200,00 (duzentos dólares americanos), nesse caso apenas os valores que excederem à franquia devem ser cobrados.

Para fins de faturamento, a CONTRATADA deverá encaminhar relatório de utilização mensal do serviço juntamente com a respectiva Nota Fiscal a que se referem. Nos meses em que não houver consumo de serviço, ou que o valor consumido não exceder a franquia mensal concedida pelo Google, a CONTRATADA deve encaminhar apenas o relatório de consumo - com a indicação de que não há valores a faturar.

No valor contratado deverão estar incluídos todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais, previdenciárias e encargos trabalhistas, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução do CONTRATO.

#### 6.6. Do recebimento do objeto e da avaliação de qualidade e conformidade

O OBJETO contratado será recebido, como parte do processo de monitoramento da execução, de forma provisório e definitiva, conforme prevê o artigo 73 da Lei 8.666/93 e o art. 33 da Instrução Normativa nº 01/2019/SGD/ME, observando o disposto

#### 6.7. Da fiscalização do contrato.

Para cumprir as atividades de gestão e fiscalização do CONTRATO o CONTRATANTE designará servidores (titulares e substitutos) para executar os seguintes papéis:

- a) Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;
- b) Fiscal Técnico: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato;
- c) Fiscal Requisitante: servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional da Solução de Tecnologia da Informação; e
- d) Fiscal Administrativo: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos

### 7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A finalidade das sanções administrativas em licitações e contratos é reprovar a conduta praticada pelo sancionado, desestimular a sua reincidência, bem como prevenir sua prática futura pelos demais licitantes e contratados. As sanções podem ter caráter preventivo, educativo, repressivo ou visar à reparação de danos pelos responsáveis que causem prejuízos ao erário público. Trata-se, portanto, de um poder-dever da ADMINISTRAÇÃO que deve atuar visando impedir ou minimizar os danos causados pelos licitantes e contratados que descumprem suas obrigações.

Com fundamento na **Portaria nº 120, de 9 de março de 2016**<sup>[1]</sup>, do Ministério da Educação, no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 10.024/2019 a CONTRATADA sujeita-se à sanção administrativa a CONTRATADA que incorrer nas seguintes cominações:

- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida no edital;
- e) Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo;
- g) Fizer declaração falsa;
- h) Cometer fraude fiscal; e
- i) Incurrir em qualquer prática vedada pela Portaria MEC nº 120/2016.

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a Contratada ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades previstas no artigo 5º a 7º da Portaria nº 120/2016.

As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784, de 1999.

A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

Conforme previsto no art. 40 da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG, as sanções descritas são passíveis de registro no SICAF.

#### 7.1. Advertência

A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à CONTRATADA, após a instauração do processo administrativo sancionador, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, conduta esta entendida como falta leve, ou seja, aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação. Na comunicação formal deverá ser determinado o saneamento da impropriedade e, notificada a CONTRATADA que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser cominada.

#### 7.2. Multa

A sanção de MULTA tem natureza pecuniária e sua aplicação se dará quando houver atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais e/ou em decorrência da inexecução parcial ou total do objeto da contratação, tais como as ocorrências citadas no **Quadro 13** abaixo e no item **3.2** (p.10), nos termos do art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e da Portaria MEC nº 120, de 9 de março de 2016. As sanções de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a multa, conforme § 2º do art. 87 de Lei nº 8.666, de 1993. As multas serão aplicadas com base nos seguintes parâmetros:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, por evento, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, por evento, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;



- c) 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por evento, sem prejuízo de demais sanções;
- d) 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- e) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pela inexecução total do contrato.

No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas “a” e “b” com as da alínea “c”, descritas acima, o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento) do VALOR GLOBAL do CONTRATO. A MULTA DE MORA será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993, e será executada após regular processo administrativo, consoante o art. 7º, observada a seguinte ordem:

- a) Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo CONTRATO;
- b) Mediante desconto no valor das parcelas devidas à CONTRATADA; e/ou
- c) Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

Se a multa aplicada for superior ao valor da GARANTIA prestada, além da perda desta, responderá à Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

Cumpra ao GESTOR DO CONTRATO e à autoridade administrativa competente, considerando o princípio da proporcionalidade, avaliar, na ocorrência dos eventos passíveis de sanção administrativa de multa, a adequação de aplicar primeiramente a sanção de ADVERTÊNCIA antes da gradação para sanção de MULTA, assim como para as sanções subsequentes.

Ao exceder o limite máximo admitido de infrações durante a vigência contratual OU mediante o reiterado descumprimento de critérios de qualidade e/ou níveis mínimos de serviço exigidos OU diante da reiterada aplicação de sanções contratuais, o CONTRATANTE deverá avaliar a possibilidade de promover a rescisão do CONTRATO em função da inexecução TOTAL ou PARCIAL do OBJETO, da perda de suas funcionalidades e da comprovada desconformidade com os critérios mínimos de qualidade exigidos – ressalvada a aplicação adicional de outras sanções administrativas cabíveis, respeitado os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da ampla defesa e do contraditório.

Ainda, quanto à sanção de multa cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia e/ou prazo recursal, o CONTRATANTE poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final, caso não obtenha sucesso na execução da GARANTIA ofertada. Caso a defesa prévia e/ou recurso seja aceito, ou aceito parcialmente, pelo CONTRATANTE, o valor retido correspondente será depositado em favor da CONTRATADA, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final.

### 7.3. Suspensão temporária

A sanção de SUSPENSÃO temporária de contratar e participar em licitações suspende o direito dos fornecedores de participarem dos procedimentos licitatórios promovidos no âmbito do Ministério da Educação (órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção) por prazo não superior a 02 (dois) anos, conforme previsão legal contida no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

### 7.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração

A aplicação do IMPEDIMENTO de licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL e o descredenciamento do SICAF, que se dará pelo prazo de até 05 (cinco) anos, são concomitantes. A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no Art. 7º da Lei 10.520, de 7 de julho de 2002, impossibilitará o fornecedor de participar de licitações e formalizar contrato no âmbito interno do ente federativo que aplicar a sanção - União, Estado, DF ou Municípios. A aplicabilidade desta sanção é adstrita à modalidade Pregão, bem como nos contratos pactuados em decorrência das licitações realizadas nesta modalidade.

O descredenciamento no Sistema de Cadastramento de Fornecedores do Governo Federal (SICAF) se dará com a aposição da situação “inativo” sobre os dados do fornecedor no sistema, em consequência da aplicação da sanção

de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, em conformidade com o art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e pelo Decreto nº 10.024/2019.

#### 7.5. Declaração de inidoneidade

A declaração de INIDONEIDADE impossibilitará o fornecedor ou interessado de participar de licitações e formalizar contratos com todos os órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

A aplicação de qualquer das sanções administrativas previstas realizar-se-á em PROCESSO ADMINISTRATIVO com rito próprio estabelecido na **Portaria MEC nº 120/2016**, observando-se as regras previstas na Lei nº 8.666, de 1993 e subsidiariamente na Lei 9.784/1999. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, a abrangência do dano apontada pela área demandante, bem como o dano causado à ADMINISTRAÇÃO, observado o princípio da proporcionalidade e da razoabilidade.

As multas devidas e/ou prejuízos causados ao CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da UNIÃO, ou deduzidos da GARANTIA, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

[1] Disponível em: [http://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21391706/do1-2016-03-10-portaria-n-120-de-9-de-marco-de-2016-21391681](http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21391706/do1-2016-03-10-portaria-n-120-de-9-de-marco-de-2016-21391681).

### 8. ESTIMATIVA DE PREÇO

A estimativa de preços baseia-se na Proposta Comercial da empresa Geoambiente Sensoriamento Remoto Ltda - CNPJ 00.033.757/0001-81:

Serviço / Produto	Prestação de serviços de processamento, armazenamento e visualização de dados georreferenciados incluindo chave de uso, garantia, manutenção e suporte técnico para a Plataforma Google Maps.			
	Quantidade anual de requisições de serviço:		435.000 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais) requisições	
	Valor anual:		R\$17.280,00 (dezessete mil duzentos e oitenta)	
Valor para cada mil requisições / Por tipo de serviço				
Requisições	1 - 100.000	100.001 - 500.000	500.001 - 1.000.000	1.000.001 - 5.000.000
Dynamic Maps	R\$42,00	R\$33,60	R\$25,20	R\$12,60

Directions	R\$30,00	R\$24,00	R\$18,00	R\$9,00
Geocoding	R\$30,00	R\$24,00	R\$18,00	R\$9,00
Places Autocomplete	R\$102,00	R\$81,60	R\$61,20	R\$30,60
Places Details	R\$102,00	R\$81,60	R\$61,20	R\$30,60

9.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A adequação orçamentária e o cronograma físico-financeiro contêm a estimativa do impacto econômico-financeiro no orçamento do órgão ou entidade, com indicação das fontes de recurso e o cronograma de execução física e financeira, contendo o detalhamento das etapas ou fases da Solução a ser contratada, com os principais serviços ou bens que a compõe, e a previsão de desembolso para cada uma delas:

Orçamento detalhado					
AÇÃO: 2000 - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE					
PLANO ORÇAMENTÁRIO: 0001 - ADMINISTRAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO					
PROGRAMA DE TRABALHO: 12.122.2109.2000.0053   PTRES: 086392   PLANO INTERNO: VKK01N0100N   FONTE: 186					
ITEM	NATUREZA	Exercício 2019		Exercício 2020	
		Qtde	Total (dez)	Qtde	Total (jan-nov)
1	33.90.40-19	36.250	R\$ 1.440,00	398.750	R\$ 15.840,00
Orçamento Anual Estimado:		R\$ 1.440,00		R\$ 15.840,00	
Orçamento Global Estimado:		R\$ 17.280,00 (dezesete mil duzentos e oitenta reais)			

10.

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1.

Natureza dos serviços

Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507/2018, constituindo-se em “serviços auxiliares, instrumentais ou acessórios” à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos, não envolvem a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle; não são considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias; e não estão relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção.

Quanto ao tipo de serviço, em conformidade com o art. 1º da Lei nº 10.520/2002, com o Decreto nº 5.450/2005 e com o art. 14 da IN 05/SEGES/MPDG de 26/05/2017, o objeto pretendido enquadra-se como “**SERVIÇO COMUM**” por apresentar, independentemente de sua complexidade, “padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”. Por fim, a prestação de serviços **não envolve** “dedicação exclusiva de mão de obra” – nos termos do art. 17 da IN 05/SEGES/MPDG de 26/05/2017 – uma vez que a CONTRATADA poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para execução simultânea de outros contratos. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a ADMINISTRAÇÃO, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

10.2.

Regime de execução

Trata-se de contratação para **execução indireta** de serviços que será realizada pelo regime de “**empreitada por preço unitário**”, onde se contrata a execução de um serviço por preço certo de unidades determinadas (alínea “b” no inc. VII do art. 6º da Lei nº 8.666/1993).

10.3.

Modalidade, tipo e critério de julgamento

Considerando o interesse público, em virtude da necessidade de atendimento da demanda e da redução de custos administrativos e burocráticos com a realização de procedimentos de contratação, haja vista que a demanda enquadra-se plenamente nas hipóteses legais, e considerando o valor estimado da contratação, será aplicada a hipótese de **dispensa de licitação** prevista no inc. II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez

Os valores a que se refere a alínea "a" do inc. II do art. 23 da Lei nº 8.666/1993, conforme atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, são os seguintes:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos [incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), ficam atualizados nos seguintes termos:

[...]

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

#### 10.4. Qualificação técnica

A CONTRATADA, caso não seja a fabricante dos produtos e licenciamentos, objeto deste Projeto Básico, deverá apresentar declaração que está autorizada pelo Fabricante a comercializar e distribuir tais produtos e licenciamentos, que detém capacidade técnica para a prestação dos serviços de suporte técnico e que é integrante do programa de parceria oficial do fabricante para os produtos objeto deste Termo de Referência.

A CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, para a qual a empresa proponente tenha prestado ou esteja prestando serviços similares aos ora licitados.

São condições para a habilitação técnica: a empresa licitante deverá comprovar possuir qualificação técnica para fornecimento do objeto, sendo que, para isso, deverá apresentar atestado(s), em papel timbrado ou identificado com o carimbo padronizado do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) ter a proponente executado ou estar executando, a contento, fornecimentos de natureza e vulto similar e compatível em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do estimado nesta contratação.

O CONTRATANTE se reserva ao direito de solicitar os contratos e/ou projetos referentes aos atestados apresentados pela proponente. Documentos eletrônicos somente serão aceitos se comprovada sua autenticidade.

#### 10.5. Critérios de Aceitabilidade de Preços Unitários e Globais

Os **preços máximos** admitidos são aqueles fixados na estimativa de custo total da pretensão contratual, conforme demonstrados no item 7. Não serão aceitos **preços irrisórios e/ou inexecutableis**, cabendo à Administração a faculdade de promover verificações, através de pedido de esclarecimentos, apresentação de documentações complementares ou por meio de diligências necessárias, na forma do § 3º art. 43 da Lei nº 8.666/93.

### 11. DAS CONDIÇÕES GERAIS

#### 11.1. Da garantia contratual

O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de CONTRATO, prestará garantia no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor GLOBAL do CONTRATO, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666/1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.

A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do CONTRATO por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666/1993.

O início da execução contratual só ocorrerá mediante a apresentação da garantia, dentre uma das modalidades definidas no §1º do art. 56, da Lei nº 8.666/93 e em até 10 (dez) dias úteis da assinatura da avença contratual.

A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de (i) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO; e (ii) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do CONTRATO; Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo

administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA (cfe. IN nº 05/2017).

A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo CONTRATANTE, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

No caso de alteração do valor do CONTRATO ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

O CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria. Será considerada extinta a garantia (i) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e (ii) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do CONTRATO, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 05/2017. A CONTRATADA autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste TERMO DE REFERÊNCIA e no CONTRATO.

#### 11.2. Da alteração subjetiva

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do CONTRATO.

#### 11.3. Dos casos omissos

Em nenhuma hipótese os LICITANTES e/ou a futura CONTRATADA poderão alegar o desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto, o cumprimento das exigências de habilitação e/ou a integral execução contratual nos termos previstos neste instrumento, em seus encartes e no CONTRATO. O CONTRATANTE reserva para si o direito de corrigir eventuais erros de digitação, compilação ou transcrição de informações concernentes a esse documento e a seus anexos.

### 12. APROVAÇÃO

Nos termos do §1º do art. 1º da Instrução Normativa nº 01, de 04 de abril de 2019, da Secretaria de Governo Digital, considerando o valor estimado da presente pretensão contratual, o presente documento segue assinado pela autoridade máxima da área de Tecnologia da Informação.



Documento assinado eletronicamente por **Delson Pereira da Silva, Coordenador(a)**, em 20/12/2019, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Fernando Bastos Coura, Diretor(a), Substituto(a)**, em 20/12/2019, às 13:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mec.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1843435** e o código CRC **D68FDD32**.

# MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTDE TOTAL
01	Prestação de serviços de processamento, armazenamento e visualização de dados georreferenciados incluindo chave de uso, garantia, manutenção e suporte técnico para a Plataforma Google Maps.	26077	Requisições de Serviço (UN)	435.000

Serviço / Produto	Valor para cada mil requisições			
Requisições	1 - 100.000	100.001 - 500.000	500.001 - 1.000.000	1.000.001 - 5.000.000
Dynamic Maps				
Directions				
Geocoding				
Places Autocomplete				
Places Details				
Places Data-Basic				

Valor total da proposta: R\$ \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2019

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Responsável: \_\_\_\_\_

## ANEXO II

### LISTA DE SERVIÇOS DA PLATAFORMA GOOGLE MAPS

Dynamic Maps [FAF4-3B2D-51B2]
Static Maps [3C2D-B525-2E5F]
Dynamic Maps (mobile) [6DE1-4D9C-5B67]
Static Maps (mobile) []
Dynamic Street View [658E-F885-E11A]
Static Steet View [9BD0-A2EE-44C3]
Roads - Nearest Road [6108-C697-9EA5]
Roads - Route Traveled [9806-C277-BCCA]
Roads - Speed Limits []
Directions [28A8-3EB4-4595]

Directions Advanced [9407-00C2-CF85]
Distance Matrix [C1B6-FF9D-7700]
Distance Matrix Advanced [DFAE-763F-CF6E]
Elevation [B43B-2A59-C153]
Geocoding [BAC8-4E68-E261]
Geolocation [51AF-D64F-9ABD]
Places Autocomplete (valid session) [B52C-8320-6DC5]
Places Autocomplete (per character) [7384-2DE4-D388]
Places Details [FC5C-DF28-543F]
Places Data - Basic [75D4-C522-326B]
Places Data - Contact [F095-CD01-81B2]
Places Data - Atmosphere [D63D-5CC5-302A]
Places - Text Search [E95A-86C7-7F47]
Places - Nearby Search [E95A-86C7-7F47]
Places - Find Place [DC67-3188-2294]
Places - Current Place []
Places - Photo [81E7-85D0-58A7]
Timezone [91DF-9B59-4BBD]
Embed Basic [9C10-8313-F21F]
Embed Advanced [C07D-A6D3-DE35]

ANEXO III

QUANTITATIVO MÉDIO DE CONSUMO DOS SERVIÇOS DA PLATAFORMA GOOGLE MAPS (SET/18 A SET/19)

SERVIÇO / PRODUTO	FUNCIONALIDADE	REQUISIÇÕES	
		Mensal	Anual
Dynamic Maps	Exibe mapas interativos. Aplica zoom, gesto de pinça, gira e inclina mapas para exploração detalhada.	13.361,75	160.341,00
Directions	Permite visualizar rotas para carro, transporte público, bicicleta, a pé e criar rotas com até 10 pontos de referência.	0	0
Geocoding	Converte endereços em coordenadas geográficas e vice-versa.	6.195,58	74.347,00
Places Autocomplete (por sessão)	Preenche automaticamente as sugestões de locais quanto o usuário insere um endereço ou um nome de local (faturamento de acordo com as sessões).	822,92	9.875,00
Places Details	Preenche automaticamente as sugestões de locais.	822,92	9.875,00
Places Data-Basics	Fornece dados básicos da localização geográfica	822,92	9.875,00
Total		22.026,08	264.313,00